

CONTRATO

CONTRATO Nº 078 / 2024 –SECULT

PROCESSO Nº P324224/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SOBRAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO – SECULT E **CARLOS ROMÁRIO SILVA SOUSA, REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA PISA NA FULÔ**, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE**, por meio da sua **SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO – SECULT**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.598.634/0001-37, com sede na Rua Menino Deus, 17, Centro, CEP: 62010-310 - Sobral/CE, neste ato representada por sua Secretária, a Sra. **SIMONE RODRIGUES PASSOS**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) Sr(a). **CARLOS ROMÁRIO SILVA SOUSA**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº **060.314.073-45**, contato nº **(88) 9 9370 9700**, com sede na **RUA JOSÉ MARIA CISNE, nº 198, bairro VILA UNIÃO, CEP: 62021-140 – Sobral/CE**, representante da **Quadrilha JUNINA PISA NA FULÔ**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, firmam o presente contrato, tendo em vista o **Ato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação nº IN24041-SECULT**, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes, que reciprocamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital de Credenciamento nº CD24001- SECULT e seus anexos, os preceitos do direito público, com base no inciso IV do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/21, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT e seus anexos, e ao plano de trabalho do(a) CONTRATADO(A), os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato a **CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO AOS CLASSIFICADOS NO CREDENCIAMENTO DE GRUPOS DE QUADRILHAS JUNINAS DE SOBRAL, NAS CATEGORIAS ADULTO E INFANTO-JUVENIL, PARA MONTAGEM E APRESENTAÇÃO NO SÃO JOÃO DE SOBRAL 2024**, de acordo com os termos do Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT e da Inexigibilidade nº IN24041-SECULT Processo nº P324224/2024.

Carlos Romário Silva Sousa

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contado a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se a sua prorrogação, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução do objeto contratual é 06 (seis) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida subcontratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo ao processo.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

10.1. A execução contratual será acompanhada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

10.2. A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado especialmente para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. O(A) CONTRATADO(A) fica obrigado a apresentar prestação de contas e entrega de relatório detalhado de cumprimento das atividades ocorridas no período de execução do objeto e contrapartida, em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento dos recursos financeiros.

11.1.1. A prestação de contas deverá conter:

- a) Ofício de Encaminhamento;
- b) Plano de Trabalho (Proposta Cultural e Financeira) (ANEXO F do Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT);

Carlos Romário Silva Sousa

- c) Cópia do Contrato assinado e eventuais Termos Aditivos;
- d) Relatório de Execução do Objeto e da Contrapartida (ANEXO I do Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT);
- e) Relatório de Execução Financeira (ANEXO J do Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT);
- f) Relação de Pagamentos;
- g) Extrato da conta corrente específica do período que se estende do recebimento da primeira parcela até o último pagamento;
- h) Comprovante de despesas (notas fiscais e recibos), com a identificação do Contrato firmado com a Secretaria da Cultura e Turismo - SECULT;
- i) Extrato da conta de aplicação, caso houver, comprovante de recolhimento do saldo de recurso à conta indicada pelo Município de Sobral, caso houver.

11.2. As despesas deverão ser comprovadas, necessariamente, através de recibos e notas fiscais ou cupom fiscal, RPAs, extratos bancários, comprovantes de transferências bancárias, cópias das peças publicitárias com o brasão do Município de Sobral ou quaisquer outros documentos comprobatórios, emitidos dentro da vigência do Contrato e em nome do proponente, devidamente identificados e mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor pelo Tribunal de Contas correspondente, relativas ao exercício em que ocorreu a sua concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

12.1. Executar o objeto de acordo com as especificações contidas no Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT, arcar com todos os custos para a sua realização, inclusive pesquisa, material de divulgação e de execução, equipamentos e mão de obra, bem como com os encargos trabalhistas, fiscais e sociais decorrentes.

12.2. Responsabilizar-se por qualquer despesa com deslocamento e alimentação, quando necessário, para o cumprimento das contrapartidas dos projetos selecionados. Toda a responsabilidade é exclusiva do(a) CONTRATADO(A).

12.3. Responsabilizar-se por eventuais danos, de quaisquer espécies, causados à Prefeitura Municipal de Sobral, seus equipamentos culturais ou a terceiros, por si, seus prepostos, representantes, componentes de grupo, artistas vinculados que tenham como causa a má execução do objeto, ou então, a ocorrência de negligência, imperícia ou imprudência, obrigando-se a arcar com todos os ônus decorrentes.

12.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato.

12.5. Comprovar as apresentações do Grupo de Quadrilha Junina por meio de fotos, vídeos, materiais de divulgação (cartazes e folders), bem como matérias em jornais, blogs, rádios, etc.

12.6. Devolver, em caso de não cumprimento das exigências previstas no Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT e das obrigações pactuadas no presente Contrato, o montante integral dos recursos recebidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação administrativa, sem prejuízo das multas cabíveis.

12.7. Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como demonstrativos de custos.

12.8. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT.

Carlos Romário Silva Sousa

12.9. Fazer constar o brasão da Prefeitura Municipal de Sobral em todas as peças publicitárias de divulgação, de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos pela Célula de Comunicação da SECULT, além dos seguintes dizeres: **PROJETO APOIADO PELO CREDENCIAMENTO Nº CD24001-SECULT - PARA APOIO AOS GRUPOS QUADRILHAS JUNINAS DE SOBRAL 2024.**

12.9.1. Todas as peças de comunicação produzidas devem ser submetidas à Célula de Comunicação da SECULT (avaliacao.secultsobral@gmail.com) para aprovação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da sua publicação (redes sociais, impressos, etc).

12.10. Citar VERBALMENTE o apoio feito pela SECULT através do Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT em todas as ocasiões de apresentação, divulgação do projeto e em todas as entrevistas à imprensa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Solicitar a execução do objeto ao(à) CONTRATADO(A) através da emissão de Ordem(ns) de Serviço(s)/Nota(s) de Empenho(s).

13.2. Proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

13.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências do(a) CONTRATADO(A), que atenderá ou justificará de imediato.

13.4. Notificar o(a) CONTRATADO(A) de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

13.5. Efetuar os pagamentos devidos ao(à) CONTRATADO(A) nas condições estabelecidas neste Contrato.

13.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, conforme a dotação orçamentária: **31.01.13.392.0048.2.521.3.3.90.48.00.1.500.0000.00.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

15.1. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação da prestação de contas no prazo exigido, salvo em situações de caso fortuito ou força maior, devidamente justificadas e acatadas pela Secretaria da Cultura e Turismo – SECULT;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da proposta aprovada;
- d) descumprimento de qualquer item do Edital de Credenciamento nº CD24001-SECULT;
- e) rescisão do Contrato.

Carlos Romário Silva Saura

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, o(a) CONTRATADO(A) estará sujeito(a), sem prejuízo das sanções legais nas esferas cível e criminal, às seguintes penalidades:

16.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

16.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante de 0,33% do valor total inadimplido, por dia e por ocorrência.

16.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do credenciamento em caso de recusa à assinatura do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

16.1.1.3. Multa de 0,33%, por dia e por ocorrência, em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

16.1.1.4. Multa de 0,33% a 3,0%, por dia e por ocorrência, quando:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;
- d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
- e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto contratado;
- f) deixar de fornecer equipamento de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização;
- g) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- h) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- i) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

16.1.1.5. Multa de 1,0% a 5,0%, por dia e por ocorrência, quando não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições credenciadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

16.1.1.6. Multa de 7,0%, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, quando suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, os serviços contratuais.

16.1.1.7. Multa de 10,0%, por ocorrência, quando:

- a) o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;
- b) fornecer informação e/ou documento falso;

16.1.1.8. Multa de 0,33% a 10,0%, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção, em relação à fase de execução contratual.

16.1.1.9. Caso o(a) CONTRATADO(A) enseje falha ou fraude na execução do presente contrato, comporte-se de modo inidôneo, faça declaração falsa ou cometa fraude fiscal, ficará impedido(a) de

Carlos Romário Silva Seiva

licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciado(a) nos sistemas cadastrais de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

16.2. O(A) CONTRATADO(A) recolherá a multa por meio de:

16.2.1. Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

16.2.2. Descontos *ex-officio* de qualquer crédito existente do CONTRATADO(A) ou cobradas judicialmente terão como base de cálculo o cronograma inicial dos serviços.

16.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021 será causa para sua rescisão, na forma do art. 138, com as consequências previstas no art. 139, ambos do mesmo diploma legal.

17.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao(à) CONTRATADO(A) direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

18.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

18.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

18.3. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município de Sobral no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

18.4. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.4.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a

Carlos Romário Silva Sousa

sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

18.4.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

18.5. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.5.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

18.5.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

18.6. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

18.7. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

18.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

18.9. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

Carlos Romário Silva Souza

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas as partes, a terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

18.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

18.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

18.13. Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.

18.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

18.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. **A CONTRATANTE terá direito a vistoriar os locais de prestação dos serviços do(a) CONTRATADO(A).**

20.2. O(A) CONTRATADO(A) declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de

Carlos Romão Silva Louza

inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

20.3. A existência e atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do(a) CONTRATADO(A), no que concerne à execução dos serviços e as suas consequências e implicações.

20.4. Verificada pela fiscalização da CONTRATANTE, o abandono da execução dos serviços ou o retardamento indevido, poderá a mesma assumir o objeto do CONTRATO na situação em que se encontrar, constituindo os valores não pagos como créditos passíveis de cobrança por parte da CONTRATANTE perante o(a) CONTRATADO(A), servindo o presente CONTRATO como Título Executivo, na forma do disposto no Art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

20.4.1. O(A) CONTRATADO(A) autoriza, de forma expressa, o uso e a reprodução de som e imagem (fotografias, ilustrações, áudio e vídeo) sem qualquer ônus, em favor da CONTRATANTE, para que os disponibilize para utilização em futuras campanhas institucionais, inclusive em suas publicações em site e redes sociais, sem custos para a CONTRATANTE, pelo período máximo de 6 (seis) anos após a assinatura do referido instrumento contratual, no Brasil ou no Exterior.

20.4.2. O(A) CONTRATADO(A) autoriza o uso descrito no item 18.5 sem que nada haja a ser reclamado, a qualquer título que seja, sobre direitos à minha imagem, conexos ou a qualquer outro.

20.5. O(A) CONTRATADO(A) declara que a obra a ser apresentada é original, de sua autoria, e não viola direitos autorais de outrem, assumindo a responsabilidade pública pelo conteúdo desta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro do município de Sobral no Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Coordenadoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Sobral/CE, data da assinatura digital.

Carlos Romário Távila Sampa

SIMONE RODRIGUES PASSOS
SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO
CONTRATANTE



Carlos Romário Silva Sousa
CARLOS ROMÁRIO SILVA SOUSA
CONTRATADO

De acordo:

MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO
Coordenador jurídico
OAB/CE: 30.219

TESTEMUNHAS:

1.

2.

CARGO:ADVOGADO		
Inscrição	Nome	Motivo de Desclassificação
242251	ANDRINI DE ARAUJO PONTE	Item j) Comprovante de entrega (recibo) do item a título de taxa de inscrição
243364	FRANCISCO LUCAS MONTE CELESTINO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
CARGO:ASSISTENTE SOCIAL		
Inscrição	Nome	Motivo de Desclassificação
243086	CLARA DOS SANTOS SILVA LINHARES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242704	FURLEI ROSA VIEIRA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241387	FRANÇISCA IBENE FERREIRA	Item j) Comprovante de entrega (recibo) do item a título de taxa de inscrição
242800	GRACIANE DE MARIA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243246	JARA MARA LINHARES VASCONCELOS	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243113	JOSELA MENDES DE SOUZA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242200	LILIA RUTE DE SOUSA MACILADO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242147	LUIZ CLAUDIO ALBUQUERQUE ROCHA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242250	MARIA LIDIANA DA ROCHA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241652	MARIA MARILY DA SILVA RODRIGUES	Item e) Certidão de quitação eleitoral
243609	MARIA NEIDE MARTINS FERREIRA SOUZA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243762	MARILIA DE SOUSA FROTA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242082	RITA DE CÁSSIA FERREIRA BEZERRA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241863	TICIANE DA SILVA TORRES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
CARGO:EDUCADOR SOCIAL I (PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA)		
Inscrição	Nome	Motivo de Desclassificação
242863	ERYKA DA SILVA PONTES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243715	FELIPE BASTOS MACIEL DA SILVA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242960	FRANCISCO ROBERTO MARGUES RODRIGUES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243254	MARILIA CRISTIANA FERREIRA DE SOUZA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241443	YURI CORDEIRO DO NASCIMENTO	Item g) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior
CARGO:EDUCADOR SOCIAL II (ARTES)		
Inscrição	Nome	Motivo de Desclassificação
243479	ANTONIO HAVNER GOMES FERREIRA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243204	ANANA MARA VIEIRA	Item e) Certidão de quitação eleitoral
242131	JOAO GUILHERME OLIVEIRA ALVES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241287	RAMON ALVES ALMEIDA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242156	RAPHAEL CATUNDA BASTOS	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
CARGO:ENFERMEIRO		
Inscrição	Nome	Motivo de Desclassificação
243009	ANA SARA DE PAULO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241614	ARYANE FURTADO MELO	Item g) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior
242258	BENEDU CAVALCANTE ABRES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242213	BRUNA KELLY SILVA RODRIGUES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243143	FABIO BORDINI CAMARGO	Item a) Cédula de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou outro documento oficial de identificação com foto (frente e verso)
242150	FRANÇISCA TAIANA OLIVEIRA DA SILVA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242919	HEI LENY BRIS MARIA BATISTA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243657	HELIANE VIEIRA DE SOUSA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243465	MARILIA DAS GRACIAS LIMA FERNANDES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243362	MARIA DO SOCORRO SEGUNDO MESQUITA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242102	MARILIA JOSÉ DA SILVA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243122	MARILIA LUISA FERREIRA SILVA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242562	MARILIA GUILHERME DE JESUS	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242753	RAFAELA FARFAPPO CARNEIRO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243800	ROBERTA SOARES CAVALCANTE	Item j) Comprovante de entrega (recibo) do item a título de taxa de inscrição
CARGO:PEDAGOGO		
Inscrição	Nome	Motivo de Desclassificação
241353	ALICE DO NASCIMENTO RODRIGUES	Item a) Cédula de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou outro documento oficial de identificação com foto (frente e verso) e g) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior
242573	ALINE MARQUES DA SILVA	Item g) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior
243598	ALINY RAFAELA ALVES DA COSTA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243721	ANA ROBERTA DA SILVA SOUSA	Item e) Certidão de quitação eleitoral
243688	CUNCIERIO DE MARIA DA PONTE VIEIRA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242917	DEGOMATELZ DOS SANTOS FILHO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241113	DEGEO DOS SANTOS CASTRO	Item g) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior
243586	EDUARDA DA SILVA ARAUJO	Item e) Certidão de quitação eleitoral
241149	JACQUELINE DA SILVA LIMA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243836	JANISON DE PAULA SALES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242408	JOELMA MENDONÇA DA SILVA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243038	JOZERLENE DE SOUZA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará e g) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior
242550	LAIANA DA SILVA SALES	Item g) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior
243513	LISANETA DA COSTA ANDRADE	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243759	MARGILEVE FARIAS PESSOA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243443	MARIA FABIANA SILVA CAVALCANTE	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242703	RAFAELA RODRIGUES DE PAULO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243341	RAISLA MAIA AGUIAR DO NASCIMENTO	Item e) Cédula de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou outro documento oficial de identificação com foto (frente e verso), b) Cadastro de Pessoa Física (CPF), e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará, g) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior e j) Comprovante de entrega (recibo) do item a título de taxa de inscrição
243270	REGINA MOREIRA ARAUJO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243860	SAMILEY DE PAULA FERREIRO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242778	SARA LOPES DIAS	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243681	SILVIA HELENA GONÇALVES	Item e) Certidão de quitação eleitoral
242686	TAYNARA CIBRE DE SALES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241782	TERESA MARIA ANDRADE DA SILVA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
CARGO:PSICÓLOGO		
Inscrição	Nome	Motivo de Desclassificação
241562	ALTON BRUNO DE FARIAS	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241425	CAMILA ALBUQUERQUE NASCIMENTO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242518	DIANIA MARIA COSTA FERREIRA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241398	DILYLY DA SILVA PORFÍRIO	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243637	FELIPE PLACIDO DOS SANTOS	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242808	FELIXIANO OLIVEIRA DE ALMADA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243406	ELIS FELIPE SOUSA CID	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241300	MARIA CLEONIEZA RODRIGUES BARBOSA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241780	MARILIA LILIAN ROSA BARBOSA ANDRADE	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
243365	MERLY DE SOUZA FERREIRA	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
241640	PAULO JAMES ARAUJO LOPES	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
242827	ROSINÁIDE JOSE FERREIRA DINIZ	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará
CARGO:SUPERVISOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ		
Inscrição	Nome	Motivo de Desclassificação
242814	LAIANA DE PAULA AMARAL	Item e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual do Ceará

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: FRANCISCO NASION FEITOSA SOUSA FILHO, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.987.783-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800.1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E O SR. FRANCISCO NASION FEITOSA SOUSA FILHO - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA LUAR DO SERTÃO. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: CARLOS ROMÁRIO SILVA SOUSA, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.314.073-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800.1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E O SR. CARLOS ROMÁRIO SILVA SOUSA - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA PISA NA FULÔ. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: ANA MARIA DUARTE COSTA, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.244.123-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800.1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E A SRA. ANA MARIA DUARTE COSTA - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA BEIJA FLOR DO SERTÃO DE ARACATIACU. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: VICENTE PAULO TOMAZ SILVA, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.097.763-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800.1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E O SR. VICENTE PAULO

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN24041 - SECULT. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. CONTRATADAS: Listados na tabela em anexo. VALOR GLOBAL: R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800.1500000000. Sobral - CE, 25/06/2024. SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO.

ANEXO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN24041 - SECULT

CATEGORIA I: QUADRILHA JUNINA ADULTA

PROponentes	CPF
FRANCISCO NASION FEITOSA SOUSA FILHO	***.987.783-**.
CARLOS ROMÁRIO SILVA SOUSA	***.314.073-**.
ANA MARIA DUARTE COSTA	***.244.123-**.
VICENTE PAULO TOMAZ SILVA	***.097.763-**.
THIAGO SILVA DE CASTRO	***.566.643-**.
FERNANDO VANDSON RODRIGUES CAVALCANTE	***.687.693-**.

CATEGORIA II: QUADRILHA JUNINA INFANTO-JUVENIL

PROponentes	CPF
GEORGE ROSA DE CARVALHO	***.715.503-**.
FRANCISCO JOCELI FERREIRA	***.299.233-**.
CRISTIANO LISBOA MENDES	***.970.963-**.

TOMAZ SILVA - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA SOBRAL JUNINO. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: THIAGO SILVA DE CASTRO, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.566.643-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800 .1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E O SR. THIAGO SILVA DE CASTRO - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA ESTRELA DO LUAR. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: FERNANDO VANDSON RODRIGUES CAVALCANTE, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.687.693-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800 .1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E O SR. FERNANDO VANDSON RODRIGUES CAVALCANTE - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA FULÔ DO CAMPO. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: GEORGE ROSA DE CARVALHO, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.715.503-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800 .1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E O SR. GEORGE ROSA DE CARVALHO - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA INFANTO-JUVENIL ARRAIÁ DA JUVENTUDE. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: FRANCISCO JOCELI FERREIRA, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.299.233-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800 .1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E O SR. FRANCISCO JOCELI FERREIRA - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA INFANTO-JUVENIL RAÍZES DA BELÉM. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2024 - SECULT - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - PROCESSO Nº P324224/2024. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da Secretaria da Cultura e Turismo. CONTRATADA: CRISTIANO LISBOA MENDES, pessoa física inscrita no CPF sob Nº ***.970.963-**. OBJETO: Concessão de apoio financeiro aos classificados no Credenciamento de Grupos de Quadrilhas Juninas de Sobral, nas categorias adulto e infanto-juvenil, para montagem e apresentação no São João de Sobral 2024. MODALIDADE: Inexigibilidade Nº IN24041 - SECULT. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31.01.13.392.0048.2521.33904800 .1500000000. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas. DATA DA ASSINATURA: Sobral/CE, 25/06/2024. SIGNATÁRIOS: SIMONE RODRIGUES PASSOS - SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO E O SR. CRISTIANO LISBOA MENDES - REPRESENTANTE DA QUADRILHA JUNINA INFANTO-JUVENIL ARRAIÁ TERRA DA LUZ. MAC'DOUGLAS FREITAS PRADO - COORDENADOR JURÍDICO DA SECULT.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

PORTARIA Nº 076/2024 - SAAE - O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOBRAL, no uso de suas atribuições legais, em especial as constantes no Decreto nº 2.707, de 26 de julho de 2021, RESOLVE exonerar a pedido ERISSON ARAUJO DE MORAIS, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Simbologia SAAE-II, da Diretoria Administrativa, da estrutura administrativa do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOBRAL - SAAE, a partir do dia 01 de julho de 2024. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 25 de junho de 2024. GUSTAVO PAIVA WEYNE RODRIGUES - DIRETOR PRESIDENTE DO SAAE.

PORTARIA Nº 077/2024 - SAAE - O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOBRAL, no uso de suas atribuições legais, em especial as constantes no Decreto nº 2.707, de 26 de julho de 2021, RESOLVE exonerar a pedido MARCÍLIA BRITTO GOMES, do cargo de provimento em comissão de GERENTE, Simbologia SAAE-III, da Gerência de Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOBRAL - SAAE, a partir do dia 01 de julho de 2024. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 25 de junho de 2024. GUSTAVO PAIVA WEYNE RODRIGUES - DIRETOR PRESIDENTE DO SAAE.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL

EDITAL Nº 09/2024 - SCMS - CONVOCAÇÃO. SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A FUNÇÃO ENFERMEIRO (A) (NÍVEL SUPERIOR) PARA ATENDEREM OS SERVIÇOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL. A Diretora Geral Interventora, Regina Célia Carvalho da Silva, no uso de suas atribuições e nos termos do Edital SCMS Nº 09/2024, publicado em 17 de abril de 2024, bem como o disposto no Resultado Final do certame, publicado em 04 de junho de 2024, RESOLVE: I. Convocar os candidatos descritos no Anexo I para provimento de vaga de emprego para atendimento aos serviços da SCMS, segundo a ordem de classificação, conforme resultado final em 04 de junho de 2024; II. Informar que os candidatos aprovados deverão se apresentar entre os dias 26 e 27 de junho de 2024, entre 07:00 as 11:00 e de 13:00 as 17:00, no RH/SCMS, munidos dos documentos listados no checklist no anexo II deste documento; Sobral-CE, 25 de junho de 2024. Regina Célia Carvalho da Silva - Diretora Interventora da Santa Casa de Misericórdia de Sobral.

ANEXO I		
CARGO: ENFERMEIRO		
CPF	NOME	CLASSIFICAÇÃO
***.387.953-**	Francisco Jose Magalhães Brandão	1º
ANEXO II-CHECK LIST		
Fotos 3x4		03 Cópias
Certidão de Nascimento e/ou Casamento – (CPF do cônjuge)		02 Cópias
CTPS (Digital ou Física)		02 Cópias
Registro de Identidade – RG		02 Cópias
CPF		02 Cópias
Título de Eleitor		02 Cópias
Carteira do Conselho de Classe		02 Cópias
Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa (CDI)		01 Cópia
Comprovante de Residência atualizado		02 Cópias
Certidão de PIS Ativo (Solicitar junto à Caixa Econômica)		02 Cópias
Certidão de Antecedentes Criminais		01 Cópia
Certidão Negativa de Debito do Conselho de Classe		01 Cópia
Comprovante de Escolaridade		02 Cópias
Certificado de Cursos Técnico, Graduação e Especialização.		02 Cópias
Outros documentos que queiram apresentar (Ex. certificado de cursos)		02 Cópias
Cartão Nacional do SUS (CNS)		02 Cópia
Cartão de Vacina é obrigatório está atualizado		02 Cópias
Quando possuir dependentes: Certidão de Nascimento, CPF, Cartão de Vacina dos filhos até seis anos, Declaração de Colégio de filhos a partir de quatro anos).		